

Servidor

Planejamento é contra plano de cargos do Judiciário

► O Ministério do Planejamento divulgou, ontem, uma nota manifestando-se contra a votação do Projeto de Lei (PL) 7.920/2014, que altera o Plano de Cargos e Salários (PCS) dos servidores do Poder Judiciário, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. O texto, já aprovado pela Câmara dos

Deputados, deve entrar em pauta hoje. Num relatório, a pasta alega que o impacto para a União será de R\$ 25,7 bilhões, até 2018. “Caso o PL seja aprovado, essas carreiras terão um segundo reajuste este ano. O reajuste total em 2015, considerando o que já foi concedido, variará entre 29,47% e 36,4%”, afirmou.

Govto alega que houve aumentos recentes

► Segundo o Planejamento, o PL 7.920 “promoverá um desequilíbrio ainda maior entre carreiras similares dos diferentes poderes da União”. A pasta argumentou que as carreiras em análise — analista, técnico e auxiliar — foram contempladas pela negociação salarial de 2012, que previu um reajuste de 15,8%, pago em três parcelas anuais, de 2012 a 2015. Em janeiro deste ano, ressaltou, o reajuste foi de 8,4%.



Maranhão: relatório favorável

Projeto já teve parecer favorável de relator

► O relatório sobre o PCS do Poder Judiciário já teve parecer favorável do relator, o senador José Maranhão (PMDB-PB), mas houve um pedido de vista de outro parlamentar. Agora, deve voltar à pauta. Para o cargo de analista judiciário, o vencimento básico previsto vai de R\$ 7.323,60 a R\$ 10.883,07. Para técnico judiciário, ficará entre R\$ 4.363,94 e R\$ 6.633,12. Para auxiliar judiciário, de R\$ 2.584,50 a R\$ 3.928,39.

NOVO SALÁRIO PARA TRABALHADORES

Reajuste de 8% no comércio

Sindicato acerta 8,34% com patrões, mas nova diretoria precisa confirmar índice

Rafaella Barros
rafaella.barros@extra.inf.br

► Os cerca de 400 mil comerciantes dos municípios do Rio e de Paty do Alferes, no interior do estado, terão reajuste de 8,34% nos salários. A informação foi divulgada, ontem, pelo Sindicato dos Empregados no Comércio do Rio (SECRJ), que representa a categoria. O

percentual foi decidido na última sexta-feira com os sindicatos patronais, após o juiz Marcelo Antônio de Oliveira Alves de Moura, da 19ª Vara da Justiça do Trabalho, autorizar o interventor judicial do sindicato a assinar um termo aditivo à última convenção coletiva da categoria.

A advogada Christiane Car-

do Moreira, do SECRJ, explica que a data-base dos comerciários foi ontem, 12 de maio, mas o sindicato está sem diretoria depois de a anterior ter sido afastada por desvio de dinheiro. Por isso, o reajuste não será aplicado agora:

— Estamos sob intervenção judicial. O juiz determinou que o reajuste só vai valer após as eleições (da diretoria), marcadas para o dia 17 de junho.

Christiane lembrou, porém, que o aumento será pago retroativo à data-base. Para a advogada, é muito provável

que a nova diretoria confirme o percentual de reajuste já estabelecido no termo aditivo. Os novos diretores, porém, terão liberdade para reavaliar outras cláusulas do acordo, como reajuste de benefícios.

Se confirmado, o aumento ficará acima da inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2014, na Região Metropolitana do Rio, que foi de 7,6%. No estado, o piso para vendedores, hoje, é de R\$ 988,60. Com a correção, o valor deve passar para R\$ 1.071,04. x



Comércio do Rio: reajuste será para capital e Paty do Alferes

Contratação de doméstica filipina na mira do MPT

Pollyanna Brêtas
pollyanna.brêtas@extra.inf.br

► O Ministério Público do Trabalho (MPT) vai investigar a situação de filipinas que vêm para o Brasil a fim de trabalhar como domésticas em casas de famílias. Pelo menos 70 mulheres já ingressaram no país com essa finalidade, algumas há sete meses. Segundo a denúncia, empresas também fecharam con-

tratos com hotéis para trazer trabalhadoras que vão atuar durante as Olimpíadas de 2016.

As estrangeiras fogem de condições precárias de trabalho e moradia em seu país e são recrutadas por empresas multinacionais com sedes no Rio e em São Paulo. O contratante paga R\$ 6 mil para a agência, além da passagem da empregada. Duas empresas serão alvo da investiga-

ção: a Global Talent e a Home Staff. Seus representantes não foram encontrados para comentar o caso.

— Vamos apurar se há ilegalidade de intermediação de mão de obra estrangeira e dumping social, quando há contratação das filipinas como forma de fragilizar o mercado de trabalho no Brasil. (Vamos verificar) se isso está sendo usado para reduzir

custos, benefícios e salários — afirmou o procurador Rodrigo Carelli.

Segundo o MPT, algumas profissionais estão trabalhando em casas no Leblon, na Zona Sul do Rio, e na Barra da Tijuca, na Zona Oeste.

— É de estranhar, com tantas trabalhadoras na informalidade. Mas sabemos que há uma demanda por empregadas mais

qualificadas e há dificuldade de se investir em mão de obra especializada, que fale uma língua estrangeira — disse Aloyzio Santos, presidente do Sindicato dos Empregadores Domésticos.

O Ministério do Trabalho informou que desconhece qualquer tipo de intermediação de mão de obra de emprego doméstico de estrangeiro. Segundo a Coordenação-Geral de Imi-

gração, uma regulamentação de 2012 permite a contratação de trabalhadores estrangeiros por pessoas físicas.

— No ramo doméstico é uma novidade. Na concessão de visto de trabalho, você está vinculado à empresa, mas, nesse caso, a empregada tem vínculo com uma pessoa física — disse o advogado trabalhista Ricardo Pereira Guimarães. x

SUPERMERCADOS GUANABARA
Tudo por você!

O azeite mais fresco e saudável que você já experimentou.

0,2% ACIDEZ MÁXIMA

13,98

AZEITE PREMIUM
PRODUTO IMPORTADO

Oferta válida até 16/05/2015.

CAIXA Ministério da Fazenda **BRASIL** PÁTRIA EDUCADORA

CONCORRÊNCIA Nº 5215/2012

Objeto: Seleção de pessoas físicas e/ou jurídicas para comercializar, por meio do regime de permissão, as loterias administradas pela CAIXA, pelo prazo de 120 (cento e vinte) meses, na categoria Casa Lotérica - CL, nos locais relacionados no Anexo I do Edital, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro. O Gerente de Filial de Logística no Rio de Janeiro, amparado no subitem 22.1 do Edital e no artigo 49 da Lei 8.666/93, comunica que os itens 06 a 20 da Concorrência 5215/2012 foram revogados, em face dos argumentos expostos em Ata, divulgada aos interessados e que se encontra disponível na GLOGRJ - Av. Rio Branco, 174 - 13º andar - Centro - RJ. Abre-se prazo de cinco dias úteis, contados a partir desta publicação, para interposição de recursos.

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DO RIO DE JANEIRO
Sede - Rio de Janeiro - Sub-Sede Miguel Pereira e Paty do Alferes
Filiado à União Geral dos Trabalhadores - UGT

ELEIÇÕES SINDICAIS - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente edital, a Comissão Eleitoral faz saber que no dia 17 de junho de 2015, em horário e locais a serem posteriormente por ela comunicados, será realizada, nos municípios do Rio de Janeiro, Miguel Pereira e Paty do Alferes, em primeira e única convocação, a eleição para a composição da Diretoria, do Conselho Fiscal, dos Delegados Representantes junto à Federação e dos seus respectivos Suplentes, do SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DO RIO DE JANEIRO, sediado na Rua André Cavalcanti nº 33, Bairro de Fátima, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20231-050 (www.secrj.org.br - 21 3266-4100), para o quinquênio 2015/2020, ficando aberto o prazo de 10 (dez) dias para o requerimento de inscrição das chapas, contados da data de publicação deste edital, nos termos do Regulamento Eleitoral homologado pelo Juízo da 19ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro (ação civil pública autuada sob o nº 0011308-36.2014.5.01.0019), na sede do Sindicato das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h, de segunda a sexta-feira. O requerimento para a inscrição, assinado pelo candidato a Presidente na Chapa em duas vias, será dirigido ao Presidente da Comissão Eleitoral e deve conter os nomes dos membros da chapa e respectivos cargos aos quais se candidatarão, instruído com os seguintes documentos, de cada candidato: a) ficha de qualificação civil, preenchida e assinada pelo candidato, de acordo com modelo estabelecido pela Comissão Eleitoral; b) cópia do Documento de Identidade e de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF); e c) cópia das folhas da Carteira de Trabalho e da Previdência Social (CTPS) que comprovem a identificação, a qualificação e o(s) contrato(s) de trabalho relacionado(s) ao exercício profissional na base do Sindicato. Ressalva-se, por fim, o disposto no §5º do Art. 15 do Regulamento Eleitoral ("A Comissão poderá exigir, a seu critério, outros documentos para a comprovação dos requisitos previstos neste Regulamento"). Os modelos de requerimento e de ficha de qualificação civil do candidato podem ser retirados na secretaria da Comissão Eleitoral.

Rio de Janeiro, 11 de maio de 2015. **RENAN AGUIAR** - Presidente da Comissão Eleitoral.

JÁ QUE LEMBROU DA CÂMERA, VÊ SE NÃO VAI ESQUECER O SORRISO NO HOTEL.

Seu sorriso ainda tem muitas conquistas pela frente.

O sorriso é fundamental na hora de conquistar um amor, um emprego, uma amizade e muito mais. Com a Amil Dental, você mantém seus dentes saudáveis para aproveitar as oportunidades que vêm por aí. Fique preparado para todos os momentos. E por toda a vida.

Amil Dental
Ligue (21) 2303-1063 ou acesse amildental.com.br
Consulte seu corretor.